



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL: ORIGENS HISTÓRICAS E PERMANÊNCIAS NO TEMPO PRESENTE

STRUCTURAL RACISM IN BRAZIL: HISTORICAL ORIGINS AND PERSISTENCE IN THE PRESENT TIME

RACISMO ESTRUTURAL EN BRASIL: ORÍGENES HISTÓRICOS Y PERMANENCIAS EN EL TIEMPO PRESENTE

RESUMO

O presente artigo analisa o racismo estrutural no Brasil a partir de suas origens históricas e de suas permanências no tempo presente. Parte-se da compreensão de que o racismo não se restringe a práticas individuais de discriminação, mas constitui elemento estruturante da formação social brasileira, articulando dimensões econômicas, políticas e culturais. O estudo tem como objetivo examinar o papel da escravidão, das teorias racialistas e do mito da democracia racial na consolidação das hierarquias sociais, bem como identificar como essas estruturas se reproduzem na contemporaneidade. Metodologicamente, trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica narrativa, com levantamento em bases acadêmicas e análise crítica de obras clássicas e contemporâneas sobre a temática. Foram também utilizados dados estatísticos oficiais para contextualizar as desigualdades raciais atuais. Os resultados evidenciam que a abolição da escravidão não foi acompanhada de políticas estruturais de inclusão, contribuindo para a manutenção de desigualdades racializadas no mercado de trabalho, na distribuição de renda e no acesso a direitos. Conclui-se que o racismo estrutural permanece operando como elemento organizador da sociedade brasileira, exigindo análises que articulem história, economia e colonialidade para sua compreensão.

Palavras-chave: Racismo estrutural; formação social brasileira; desigualdade racial; escravidão; colonialidade.

ABSTRACT

This article analyzes structural racism in Brazil based on its historical origins and its persistence in the present time. It is grounded on the understanding that racism does not consist merely of individual acts of discrimination, but constitutes a structural element of Brazilian social formation, articulating economic, political, and cultural dimensions. The study aims to examine the role of slavery, racialist theories, and the myth of racial democracy in the consolidation of social hierarchies, as well as to identify how these structures are reproduced in contemporary society. Methodologically, this is a qualitative study developed through a narrative literature review, based on academic databases and critical analysis of classical and contemporary works on the subject. Official statistical data were also used to contextualize current racial inequalities. The findings indicate that the abolition of slavery was not accompanied by structural inclusion policies, contributing to the maintenance of racialized inequalities in the labor market, income distribution, and access to rights. It is concluded that structural racism continues to operate as an organizing element of Brazilian society, requiring analyses that articulate history, economy, and coloniality for its understanding.

Keywords: Structural racism; brazilian social formation; racial inequality; slavery; coloniality.

RESUMEN

Este artículo analiza el racismo estructural en Brasil a partir de sus orígenes históricos y sus permanencias en el tiempo presente. Parte de la comprensión de que el racismo no se limita a actos individuales de discriminación, sino que constituye un elemento estructurante de la formación social brasileña, articulando dimensiones económicas, políticas y culturales. El estudio tiene como objetivo examinar el papel de la esclavitud, de las teorías racialistas y del mito de la democracia racial en la consolidación de las jerarquías sociales, así como identificar cómo estas estructuras se reproducen en la contemporaneidad. Metodológicamente, se trata de una investigación cualitativa desarrollada mediante una revisión bibliográfica narrativa, basada en bases de datos académicas y en el análisis crítico de obras clásicas y contemporáneas sobre el tema. También se utilizaron datos estadísticos oficiales para contextualizar las desigualdades raciales actuales. Los resultados evidencian que la

abolição de la esclavitud no estuvo acompañada de políticas estructurales de inclusión, lo que contribuyó a la permanencia de desigualdades racializadas en el mercado laboral, en la distribución del ingreso y en el acceso a derechos. Se concluye que el racismo estructural continúa operando como elemento organizador de la sociedad brasileña.

Palabras clave: Racismo estructural; formación social brasileña; desigualdad racial; esclavitud; colonialidad.

1 INTRODUÇÃO

O racismo no Brasil constitui uma realidade histórica, estrutural e persistente, vinculada ao processo de colonização, à escravidão e à formação social marcada pela hierarquização racial. Não se limita a práticas individuais, mas organiza as relações sociais, políticas e econômicas, estruturando oportunidades e distribuindo privilégios de forma racializada, o que exige compreendê-lo como elemento constitutivo da sociedade brasileira, e não como distorção ocasional de sua dinâmica (Almeida, 2018).

A colonização portuguesa instituiu um sistema baseado na exploração da mão de obra escravizada africana, consolidando uma ordem social fundada na racialização dos corpos e na inferiorização da população negra, cuja lógica estruturou a economia e moldou as bases da sociedade brasileira por mais de três séculos. A abolição formal, em 1888, não representou ruptura com esse modelo, uma vez que não foi acompanhada de políticas de integração social, acesso à terra ou inclusão econômica, perpetuando a marginalização da população negra no período pós-abolição (Schwarcz, 2012).

A difusão do mito da democracia racial operou como mecanismo de obscurecimento das desigualdades ao sustentar a ideia de convivência harmônica entre grupos raciais, dificultando o reconhecimento do racismo e contribuindo para sua reprodução histórica. Essa narrativa consolidou-se como elemento central do imaginário social brasileiro, reforçando a permanência de hierarquias raciais nos diferentes espaços sociais (Munanga, 2004).

As desigualdades contemporâneas evidenciam a continuidade desse processo, com a população negra permanecendo sobrerrepresentada nos estratos de menor renda, nos empregos mais precarizados e nas situações de vulnerabilidade social. Nesse contexto, o desenvolvimento capitalista brasileiro não eliminou essas

assimetrias, mas as incorporou à sua dinâmica, mantendo a divisão racial do trabalho e a reprodução das desigualdades no tempo presente (Fagundes, 2022).

Este artigo tem como objetivo analisar as origens históricas do racismo estrutural no Brasil e identificar suas permanências no tempo presente. Como objetivos específicos, pretende-se: (i) examinar o papel da escravidão e das teorias racialistas na formação da hierarquia social brasileira; (ii) discutir a consolidação do mito da democracia racial como mecanismo de ocultamento das desigualdades; e (iii) analisar como o racismo estrutural se manifesta nas dimensões econômica, política e social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Racismo estrutural e formação social brasileira

O racismo estrutural ultrapassa comportamentos individuais e integra a organização política, econômica e jurídica da sociedade, orientando a distribuição de privilégios e desvantagens de forma sistemática. Trata-se de uma dinâmica histórica que condiciona normas sociais, critérios de pertencimento e mecanismos de poder, operando de forma contínua na estrutura social (Almeida, 2018).

A formação social brasileira esteve diretamente associada ao sistema escravocrata, responsável por estruturar a economia colonial e imperial por mais de três séculos. A escravidão articulou exploração econômica e classificação racial, consolidando hierarquias baseadas na racialização do trabalho e produzindo desigualdades que ultrapassaram o período formal da escravidão (Schwarcz, 2012).

2.2 Pós-abolição, teorias racialistas e mito da democracia racial

A transição do trabalho escravizado para o trabalho livre ocorreu sem políticas de inclusão social direcionadas à população negra, resultando na ausência de acesso à terra, à escolarização e à inserção produtiva estruturada. Esse processo consolidou a inserção subordinada da população negra no mercado de trabalho e reforçou desigualdades raciais no âmbito econômico e social (Gonçalves, 2018).

No final do século XIX e início do século XX, teorias racialistas e eugenistas associaram progresso nacional à ideia de embranquecimento populacional, legitimando hierarquias raciais por meio de discursos científicos e influenciando políticas públicas e migratórias (Goés, 2018).

Nesse contexto, o mito da democracia racial consolidou-se como interpretação dominante da formação brasileira ao longo do século XX, difundindo a ideia de convivência harmoniosa entre grupos raciais e minimizando a centralidade do racismo. Ao deslocar a desigualdade para dimensões sociais ou econômicas, dificultou-se o reconhecimento de sua natureza estrutural (Munanga, 2004).

2.3 Racismo estrutural na contemporaneidade: economia, trabalho e colonialidade

A questão racial constitui dimensão central da questão social no Brasil, uma vez que as desigualdades econômicas atingem de forma desproporcional a população negra. A pobreza, a precarização do trabalho e a informalidade apresentam marcadores raciais historicamente construídos, evidenciando a permanência de desigualdades estruturais (Assis, 2022).

A divisão racial do trabalho permanece como elemento central da estrutura ocupacional brasileira, com a população negra concentrada em atividades de menor remuneração e prestígio social. Essa configuração revela a continuidade de hierarquias raciais no interior da dinâmica produtiva (Alves, 2022).

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro incorporou desigualdades raciais à sua lógica de acumulação, mantendo padrões de superexploração da força de trabalho associados a marcadores históricos de exclusão (Fagundes, 2022).

Sob a perspectiva decolonial, a colonialidade do poder permanece operando na organização social, sustentando hierarquias culturais e epistêmicas que inferiorizam identidades negras e legitimam desigualdades (Sousa; Brussio, 2023).

Dados do IBGE (2022) evidenciam disparidades persistentes, com a população negra apresentando menores rendimentos, maior exposição ao desemprego e maior vulnerabilidade socioeconômica, confirmando a continuidade histórica das desigualdades raciais.

Desta forma, a opressão racial foi historicamente institucionalizada, limitando o acesso da população negra a direitos e oportunidades (Oliveira; Rabelo, 2022). Assim, o racismo estrutural deve ser compreendido a partir da interação entre Estado, mercado e sociedade, integrando as engrenagens que organizam a vida social (Almeida, 2018).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza teórica, desenvolvido por meio de revisão bibliográfica narrativa. Esse tipo de revisão permite a construção de uma análise interpretativa ampla sobre o tema, articulando produções teóricas clássicas e contemporâneas.

O foco da investigação concentrou-se na análise das origens históricas do racismo estrutural no Brasil e de suas permanências na contemporaneidade. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO e Periódicos CAPES, utilizando os descritores: “racismo estrutural”, “desigualdade racial”, “escravidão e pós-abolição” e “democracia racial”.

Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos publicados em português entre 2018 e 2026, além de obras clássicas indispensáveis à fundamentação teórica, como Munanga (2004) e Schwarcz (2012). Também foram utilizados dados secundários provenientes de estatísticas oficiais, especialmente do IBGE, com o objetivo de contextualizar as desigualdades raciais contemporâneas. Como critérios de exclusão, foram descartadas publicações indisponíveis para leitura integral, duplicadas ou fora do recorte temporal definido.

A organização dos dados ocorreu por meio de leitura analítica e fichamento temático das obras selecionadas. Os conteúdos foram estruturados em eixos teóricos centrais: (a) formação escravocrata e hierarquia racial; (b) teorias racialistas e mito da democracia racial; (c) divisão racial do trabalho e capitalismo brasileiro; e (d) permanências contemporâneas do racismo estrutural.

A análise foi realizada por meio de leitura crítica e comparativa da literatura, buscando identificar convergências, distinções teóricas e continuidades históricas entre os autores.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 Formação histórica e construção da desigualdade racial

A formação da identidade nacional brasileira foi marcada por uma construção ideológica que conciliou miscigenação e hierarquização racial. Para Munanga (2004), a construção da identidade nacional foi marcada por uma narrativa ambígua, que conciliou miscigenação e hierarquização racial, contribuindo para a naturalização das desigualdades.

Essa interpretação dialoga com Schwarcz (2012), ao evidenciar que o regime escravocrata estruturou não apenas a economia, mas também as bases simbólicas da sociedade, consolidando a associação entre negritude e subalternidade social.

Nesse contexto, a abolição não representou ruptura estrutural, mas reconfiguração das desigualdades. Gonçalves (2018) destaca que a ausência de políticas de inclusão no pós-abolição contribuiu para a permanência da marginalização da população negra, o que reforça a leitura de continuidade histórica das hierarquias raciais.

4.2 Ideologias raciais e mecanismos de reprodução da desigualdade

As desigualdades raciais no Brasil foram sustentadas por construções ideológicas que legitimaram hierarquias sociais. Goés (2018) demonstra que o pensamento eugenista associou o progresso nacional ao embranquecimento populacional, conferindo respaldo científico à exclusão racial. Nessa perspectiva, Gonzalez (2020) evidencia que o mito da democracia racial atuou como mecanismo de obscurecimento das desigualdades, ao difundir a ideia de harmonia entre grupos raciais.

Essas interpretações indicam que o racismo operou simultaneamente nos planos material e simbólico, estruturando tanto as relações sociais quanto o imaginário coletivo. A articulação entre essas dimensões contribuiu para a naturalização das

desigualdades e para a dificuldade de seu reconhecimento enquanto problema estrutural.

Nesse sentido, Almeida (2018) sistematiza essa discussão ao conceituar o racismo estrutural como fenômeno integrado às instituições, cuja reprodução ocorre por meio do funcionamento regular do Estado, do mercado e das normas sociais, indicando que a persistência das desigualdades raciais não pode ser compreendida sem considerar a relação entre ideologia e estrutura social.

4.3 Racismo estrutural na contemporaneidade: Economia e desigualdades sociais

Na contemporaneidade, percebe-se a permanência das desigualdades raciais na estrutura econômica e social. Assis (2022) aponta que a questão racial constitui dimensão central da questão social, uma vez que a população negra é desproporcionalmente afetada pela pobreza e pela precarização do trabalho.

Alves (2022) identifica a divisão racial do trabalho como elemento estruturante da organização produtiva, mantendo a concentração da população negra em ocupações de menor prestígio e remuneração. Fagundes (2022) amplia essa discussão ao demonstrar que o capitalismo brasileiro incorporou as desigualdades raciais à sua lógica de acumulação, evidenciando a permanência da superexploração da força de trabalho.

Sob outra perspectiva, Sousa e Brussio (2023) destacam que a colonialidade do poder mantém hierarquias culturais e epistêmicas que reforçam essas desigualdades, indicando que o racismo opera simultaneamente nos planos econômico e simbólico.

Segundo o IBGE (2022), a população negra apresenta menores rendimentos e maior vulnerabilidade socioeconômica, confirmando a continuidade histórica das desigualdades. Assim, os dados coincidem ao indicar que o racismo estrutural permanece como elemento organizador da sociedade brasileira, articulando dimensões econômicas, sociais e culturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidenciou que o racismo estrutural no Brasil possui raízes profundas no processo de colonização e na consolidação do regime escravocrata, que moldaram a formação econômica, social e política do país. A escravidão não apenas organizou a produção de riqueza, mas instituiu uma lógica de hierarquização racial que permaneceu após a abolição, reconfigurando-se em novas estruturas institucionais e econômicas.

Verificou-se que a ausência de políticas de inclusão no período pós-abolição contribuiu para a manutenção de desigualdades racializadas, consolidando a inserção subordinada da população negra no mercado de trabalho e nos espaços de poder. A difusão de teorias racialistas e do mito da democracia racial reforçou mecanismos simbólicos de invisibilização do racismo, dificultando o reconhecimento de sua dimensão estrutural.

A articulação entre teoria social crítica e estudos sobre raça e colonialidade demonstrou que o racismo não atua de forma isolada, mas integra as engrenagens do Estado, do mercado e das instituições sociais. A divisão racial do trabalho, a superexploração econômica e as disparidades nos indicadores sociais evidenciam que as desigualdades contemporâneas constituem expressões históricas de uma estrutura social racialmente hierarquizada.

Conclui-se que o racismo estrutural permanece como elemento organizador da sociedade brasileira, articulando dimensões econômicas, políticas e culturais. A compreensão de suas origens históricas e de suas permanências no tempo presente reforça a necessidade de análises integradas que reconheçam o caráter estrutural das desigualdades raciais e a complexidade de seu enfrentamento..

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, Leonardo Dias. A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 212-221, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2026

ASSIS, Eliane Santos de. A fundamental radicalização e racialização da questão social para um projeto profissional antirracista no serviço social. 2022. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/30905>. Acesso em: 01 mar. 2026.

FAGUNDES, G. G. *Superexploração e Racismo no Brasil: Diálogos e Questões*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2022.

GOÉS, W. L. *Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta do povo em Renato Kehl*. São Paulo: Liber Ars, 2018.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/JGPd8LQgf3yWcxfRRWwjtN/?lang=pt>. Acesso em 01 mar. 2026.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano*. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972>. Acesso em: 02 mar. 2026.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 152 p.

OLIVEIRA, Daniele Kelly Lima de; RABELO, Josefa Jackline. A gênese onto-histórica da opressão racial e o lugar da educação. Revista Eletrônica Arma da Crítica, Fortaleza, n. 17, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira. 1. ed. São Paulo: Enigma, 2012.

SOUSA, Janayna Alves de; BRUSSIO, Josenildo Campos. Racismo estrutural no Brasil: a luta por uma sensibilidade do mundo decolonial. Odeere, v. 8, n. 1, p. 264-284, 2023. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/15535>. Acesso em 02 mar. 2026.

